




ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CASEARA
CNPJ: 74.062.332/0001-37

SOLICITAÇÃO DE COMPRAS/SERVIÇOS				DATA
				30/10/2023
Órgão solicitante:		Câmara Municipal de Caseara – TO.		
Assunto:		Constitui o objeto de contratação de empresa especializada em controle e manutenção patrimonial.		
Fonte de Recurso:		Os recursos financeiros necessários a este instrumento serão oriundos de Recursos Ordinários diretamente transferidos da Câmara Municipal de Caseara – TO.		
Identificação da necessidade:		A presente contratação de empresa especializada em controle e manutenção patrimonial, é necessária e oportuno visto a necessidade pois o prédio é novo e foram adquiridos novos móveis, os vereadores não tinham gabinetes, os móveis vão propiciar melhores condições para os vereadores atenderem a população no ambiente de trabalho. Neste sentido torna-se indispensável a contratação de uma empresa especializada nesse serviço, para facilitar a identificação desses móveis. Este serviço pode propiciar mais qualidade no desenvolvimento das ações legislativas e serviços prestados por esta casa de leis.		
ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	
01	Serviços		O presente tem por objeto a contratação de empresa especializada em controle e manutenção patrimonial, para atender as demandas da Câmara Municipal de Caseara-TO.	
Destaca-se que a contratação dos itens mencionados anteriormente poderá ser custeada na dotação abaixo:				
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		NATUREZA DA DESPESA		FICHA
01.01.01.031.0001.2.001		3.3.90.39		1500
Responsável pela elaboração:			Autorizo a Despesa:	
 Jose Divino Mesquita Macedo Secretário Geral			 Cleber Pinto Cavalcante Pres. da Câmara Municipal de Caseara- TO	
RATIFICAÇÃO DO SETOR FINANCEIRO:				
Declaro, como TESOUREIRO, para os fins do disposto no art. 16, inciso II da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2001, que a presente despesa tem adequação orçamentária e financeira, e está compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.				
EM: 30 / 10 / 2023			 Railson Martins da Silva TESOUREIRO	



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CASEARA
CNPJ: 74.062.332/0001-37

CIENTE, OBSERVADAS AS NORMAS PERTINENTES:	
EM: <u>30</u> / <u>10</u> / <u>2023</u> .	 Cleber Pinto Cavalcante Pres. da Câmara Municipal de Caseara- TO



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CASEARA
CNPJ: 74.062.332/0001-37

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto de contratação de empresa especializada em controle e manutenção patrimonial para atender as demandas da Câmara Municipal de Caseara-TO.

2. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS SERVIÇOS

2.1. A contratação de empresa especializada em controle e manutenção patrimonial para atender as demandas da Câmara municipal de Caseara- TO, conforme especificações:

ITEM	QTD	UND	DISCRIMINAÇÃO
01		Serviço	Constitui o objeto de contratação de empresa especializada em controle e manutenção patrimonial para atender as demandas da Câmara Municipal de Caseara- TO.

2.2. As especificações dos serviços poderão ter pequenas alterações por solicitação da Contratante devido a ocorrências e exigências das NORMATIVAS vigentes.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. A presente contratação de empresa especializada em controle e manutenção patrimonial para atender as demandas da Câmara Municipal de Caseara- TO, é necessária e oportuno visto a necessidade de que o setor público deve propiciar: atualização e modernização no processo de trabalho prezando pelos princípios que norteiam a administração pública, inclusive a interação entre o cidadão e o legislativo.

Neste sentido torna-se indispensável a contratação de uma empresa especializada nesse serviço para facilitar a identificação dos móveis, para que haja melhoria do desempenho da gestão na Câmara. Este serviço pode propiciar mais qualidade no desenvolvimento das ações legislativas e serviços prestados por esta casa de leis.

3.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade ao que determina o art. 14 da Lei n.º 8.666/93.

4. FUNDAMENTAÇÃO

4.1. A presente contratação encontra fundamentação legal na Lei n.º 8.666/93.

5. DO LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. Os serviços deverão ser realizados de forma integral, de acordo com especificado no item 2.

5.2. A prestação de serviços deverá ser realizada por período mensal, e logo após haverá o recebimento da Nota de Empenho, ou de acordo com a conveniência da Câmara Municipal de Caseara.

5.3. O não cumprimento do disposto no item 5.2 do presente termo acarretará a anulação do empenho bem como a aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e a convocação do profissional subsequente considerando a ordem de classificação do mapa de pesquisa de mercado inserido nos autos processuais.

5.4. Os serviços deverão ser fornecidos e/ou entregues de acordo com as especificações definidas na proposta, respeitado o estabelecido no Termo de Referência e isentos falhas por parte dos serviços prestados. A CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com o Termo de Referência.

6. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. Os serviços serão recebidos:

- Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e da proposta.

E-mail: contato@cmcaseara.to.gov.br

Rua Paraíso, s/nº, Setor Bela Vista – Fone/Fax: (63)3379-1133

CEP: 77.680-000 - Caseara - TO .



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CASEARA
CNPJ: 74.062.332/0001-37

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do TR e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias úteis do recebimento provisório.

6.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.3. A Câmara Municipal rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento dos serviços em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

6.4. Para a comprovação dos serviços realizados, será confiado a 01 (um) atestador autorizado pela autoridade competente, que observará o recebimento definitivo após a conferência e comprovação de sua quantidade, e se os mesmos foram entregues de acordo com este Termo de Referência, bem como do contrato, sob pena de rejeição dos mesmos, atestando-o em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação da NF/FATURA.

7. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

7.1. A garantia e Assistência Técnica do prestador dos serviços deverá ser de no mínimo 01 (um) ano, imputando-lhe os ônus decorrentes da cobertura dos prejuízos pela entrega em desconformidade com o especificado no Termo de Referência/proposta, tudo a encargo da CONTRATADA.

8. DAS OBRIGAÇÕES

8.1. DA CONTRATANTE

8.1.1 Além das obrigações resultantes da observância do disposto na Lei n.º 8.666/1993, são obrigações da CONTRATANTE:

- a) Efetuar os pagamentos devidos no prazo e nas condições estipuladas neste Termo;
- b) Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa desempenhar os compromissos assumidos, bem como pagar pelos serviços prestados;
- c) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas de acordo com as cláusulas deste Termo de Referência;
- d) Notificar a contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso dos serviços prestados, fixando prazo para sua correção.

8.2. DA CONTRATADA

8.2.1 Além das obrigações resultantes da observância do disposto na Lei n.º 8.666/1993, são obrigações da CONTRATADA:

- a) Manter inalterados os preços e condições propostas, bem com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- b) Efetuar a entrega dos serviços em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela CONTRATANTE, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações dos serviços. Informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ao cumprimento do mesmo;
- c) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações que está obrigada;
- d) Executar fielmente o contrato, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas estabelecidas na Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações e observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, diretas e indiretamente aplicáveis;
- e) Fornecer os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica.
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 14, 20, 21, 23, 24 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- g) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Câmara Municipal de Caseara - TO, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no todo



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CASEARA
CNPJ: 74.062.332/0001-37

ou em parte o objeto em que verifiquem defeitos/incorrekções resultantes da execução dos serviços no prazo máximo de **02 (dois) dias corridos**;

h) Responsabilizar-se pelo uso indevido dos documentos, materiais eventualmente colocados sob sua guarda pela CONTRATANTE;

i) A CONTRATADA deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados, no desempenho de suas funções ou em conexão com eles;

j) Substituir, às suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, improrrogáveis, após notificação formal do(s) serviço(s) Fornecido(s) em desacordo com as especificações deste Termo de Referência e respectiva proposta, ou não aprovados pelo órgão solicitante com parecer devidamente fundamentado.

k) Atender prontamente a quaisquer exigências da CONTRATANTE, inerentes ao objeto da presente contratação;

l) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

m) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

n) Entregar os serviços em perfeito estado e condições de uso, com a devida garantia e assistência técnica, observando as especificações e características técnicas descritas neste termo.

9. DO PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

9.1. A empresa vencedora deverá emitir fatura/nota fiscal eletrônica correspondente ao serviço prestado, sem rasuras, e o pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** após a entrega do objeto devidamente atestado e vistoriado, através de crédito em banco, agência e conta corrente, indicado pela CONTRATADA, em conformidade com nota fiscal/fatura correspondente.

9.2. O setor financeiro reserva-se do direito de solicitar impreterivelmente a qualquer momento, todas as certidões negativas e trabalhistas que comprovem a regularidade fiscal da contratada.

10. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. Em razão de contratação imediata, não havendo obrigações futuras, torna-se desnecessária a obrigatoriedade do contrato, fazendo valer o Art. 62 da Lei nº 8.666/93.

11. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

11.1 O setor financeiro reserva-se do direito de solicitar impreterivelmente a qualquer momento, todas as certidões negativas e trabalhistas que comprovem a regularidade fiscal da contratada.

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços serão fixos e irreajustáveis no período da execução dos serviços, podendo no que couber ser reajustados ou corrigidos monetariamente de acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93, com base no índice INPC, salvo, realinhamento de valores de agências reguladoras nacionais.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

13.1. A fiscalização da prestação do serviço será exercida por representante do órgão solicitante em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93.

13.2. A fiscalização de que trata o subitem acima, não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado e/ou licitante vencedor pelos danos causados diretamente ao órgão solicitante ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato em conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

E-mail: contato@cmcaseara.to.gov.br

Rua Paraíso, s/nº, Setor Bela Vista – Fone/Fax: (63)3379-1133
CEP: 77.680-000 - Caseara - TO.



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CASEARA
CNPJ: 74.062.332/0001-37

14. DAS PENALIDADES

14.1. Em caso de inexecução total ou parcial deste instrumento, a CONTRATANTE poderá sujeitar a penalidades impostas da CONTRATADA as fundamentadamente nos termos da Lei nº. 8.666/93. Ficará impedido de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Caseara, e será descredenciado do Cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Caseara - TO, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito à ampla defesa sem prejuízo das demais cominações legais previstas neste Termo de Referência, o fornecedor/licitante que:

- 14.1.1.** Se recusar a assinar o termo do contrato ou receber a nota de empenho;
- 14.1.2.** Inexecução total ou parcial da nota de empenho ou contrato;
- 14.1.3.** Deixar de entregar documentação exigida no Termo de Referência ou edital;
- 14.1.4.** Apresentar documentação falsa;
- 14.1.5.** Ensejar o retardamento da execução do seu objeto;
- 14.1.6.** Não mantiver a proposta dentro do prazo de validade;
- 14.1.7.** Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 14.1.8.** Comportar-se de modo inidôneo;
- 14.1.9.** Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

14.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com os órgãos da Prefeitura Municipal de Caseara – TO, e Câmara Municipal, enquanto durarem os fatos de impedimento, por prazo não superior a 2 (dois) anos, nos casos citados no item 14.1, conforme detalhado nos itens 14.1.1 ao 14.1.9.

14.3. A pena de advertência poderá ser aplicada nos caso previstos no item 14.1, sempre que a administração entender que a(s) justificativa(s) de defesa atenua a responsabilidade da CONTRATADA e desde que não tenha havido prejuízo ao erário público.

14.4. Pelo atraso injustificado, inexecução total ou parcial do contrato, o órgão poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à CONTRATADA as multas fixadas a seguir, sem prejuízo de outras sanções previstas neste edital, no contrato, e demais legislações aplicáveis à espécie:

14.4.1. Multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) do valor do contrato, por dia de atraso do início de sua execução, até o limite máximo de 2% (dois por cento). Acima do limite aqui estabelecido, caracterizará inexecução total da obrigação assumida;

14.4.2. Multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de sua inexecução total ou parcial, ou ainda, pela recusa injustificada em assinar o contrato;

14.4.3. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação pactuada.

14.5. As sanções previstas nos itens 14.1 e 14.2 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa.

14.6. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas nos itens 14.2 e 14.3.

14.7. O percentual de multa previsto no item 14.4 incidirá sobre o valor atualizado do contrato ou do item do contrato (nesse último caso, quando a licitação tenha sido julgada e adjudicada por item), tendo como fator de atualização o percentual da taxa SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia – que incidirá a partir da data em que ocorrer o fato, até o dia do efetivo pagamento da multa.

14.8. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o CONTRATADO pela sua diferença, que será descontada/compensada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração. Efetuados esses descontos/compensações, caso ainda haja saldo devedor, ou inexistentes a garantia e/ou pagamentos devidos pela CONTRATANTE, o valor da multa aplicada deverá ser recolhido junto ao Banco Credenciado do Município, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação, por meio do Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

14.9. Na hipótese de não pagamento ou recolhimento referido no subitem imediatamente acima, os valores serão objeto de inscrição em dívida ativa e sua consequente cobrança pelos meios legais.



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CASEARA
CNPJ: 74.062.332/0001-37

14.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.


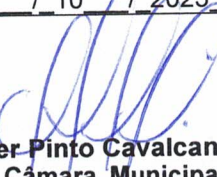
14.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15. DO FORO

15.1 Para dirimir quaisquer dúvidas, elegem as partes o Foro da Comarca de Araguacema – TO, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

16. DAS ASSINATURAS

16.1 Declaro que sou responsável pela elaboração do Termo de Referência, estando o mesmo adequado ao que dispõe a legislação vigente.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:	O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA ESTÁ DE ACORDO AS SOLICITAÇÕES:	APROVO O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA:
Data: 30 / 10 / 2023	Data: 30 / 10 / 2023	Data: 30 / 10 / 2023
 José Divino Mesquita Macedo Secretário Geral Assinatura/carimbo	Assinatura/carimbo	 Cleber Pinto Cavalcante Pres. Câmara Municipal de Caseara-TO



PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta que faz o **INSTITUTO FENIX CONSULTORIA - FENIX** pessoa jurídica de direito privado, inscrito no **CNPJ 08.936.378/0001-03**, estabelecido a Quadra 106 Norte alameda 04 lote 11 em Palmas – TO. Portanto, oferecemos a esse órgão **Câmara Municipal de Caseara-TO**, para a realização dos serviços descritos a seguir:

DESCRIÇÃO/SERVIÇO
<p>1. Controle e manutenção patrimonial, sendo que o mesmo tem as seguintes opções:</p> <p>a. No cadastramento dos Bens Patrimoniais tem as seguintes opções: Identificação da Plaqueta; Tipo de Aquisição (Próprio ou Terceiros); Quantidade, Valor e Descrição do Bem; Grupo e Subgrupo; Estado de Conservação; Adquirido em qual Gestão; Unidade ADM e Unidade Interna; Fornecedor, data da Incorporação, data da Nota Fiscal, nº da Nota Fiscal, nº do processo, nº do empenho e nº da plaqueta anterior.</p> <p>b. Emite relatórios de todas as opções acima citadas de forma individualizada e unificada;</p> <p>c. Faz a depreciação dos Bens Patrimoniais por grupo ou todos de uma só vez, com a porcentagem desejada;</p> <p>d. As movimentações dos Bens geram automaticamente a G.M.B.P (Guia de Movimentação de Bens Patrimoniais) e ficam registradas no sistema com o nome de quem a fez;</p> <p>e. Salvar dados anterior na necessidade de uma nova conferencia. O banco de dados pode ficar no servidor para maior segurança.</p>

INSTITUTO FENIX CONSULTORIA - FENIX

Palmas –Tocantins Fone: (63)3212-5199, (63)8467-0111



2. Realizar Orientação sob as Normativas de Controle Patrimonial e de como realizar a baixa dos bens inservíveis através de doação para entidade filantrópica;
3. Afixar as Plaquetas Patrimoniais em todos os Bens Permanentes e a mesma terá que ser em local visível e apropriado;
4. Fazer relatório fotográfico e descrição completa dos Bens Patrimoniais com todas as suas características, ou seja, com a marca, o modelo, a série, a medida e outros;
5. Cadastrar informações de Controle Patrimonial caso a câmara tiver sistema, todos os Bens Patrimoniais Permanentes, bem como, emitir TR – Termo de Responsabilidade, para cada Gestor Responsável por unidade administrativa;
6. Fazer a valorização de todos os Bens Patrimoniais de acordo com as Notas Fiscais de aquisição ou o estado de conservação dos mesmos, realizando a DEPRECIÇÃO.

O VALOR TOTAL GERAL para os serviços ofertados por esta empresa é de: **R\$ 9.990,00 (nove mil novecentos e noventa reais).**

Prazo de validade da proposta: 40 dias contados da data da entrega de seu respectivo envelope.

Palmas - TO, 01 de novembro de 2023.


Instituto Fênix Consultoria - FENIX
Thiago Simões Moura
Presidente
Instituto Fênix Consultoria
CNPJ: 08.936.375/0001-03

INSTITUTO FENIX CONSULTORIA - FENIX

Palmas - Tocantins Fone: (63)3212-5199, (63)8467-0111

Sou FEN

**CC PATRIMONIAL**

Administração, Consultoria e Patrimônio

Inventário Patrimonial colaborativo

CNPJ: 21.924.333/0001-87

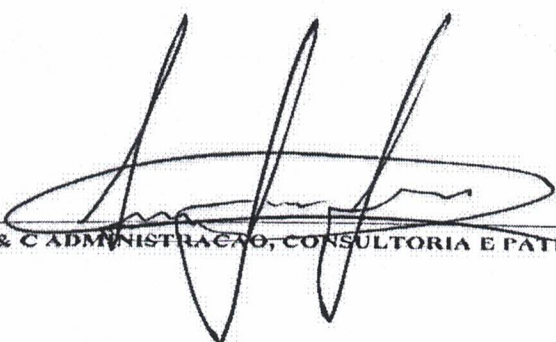
Para: Câmara Municipal de Caseara-TO.
A/C: Presidente

1. Manutenção e controle do Programa de Controle Patrimonial. E emitir relatórios de Bens Patrimoniais.
2. Colocar as plaquetas em todos os bens permanentes da Câmara Municipal de Caseara-TO.
3. Realizar o Cadastramento de todos os Bens Patrimoniais no do patrimônio que constará a descrição completa dos bens.
4. Gerar o Termo de Responsabilidade dos bens por setores.
5. Realizar treinamento com servidores da Câmara Municipal de Caseara-TO, sobre a operacionalização do sistema de patrimônio instalado e sobre as normas e diretrizes patrimoniais.
6. Fazer o relatório fotográfico incluindo planilhas adaptadas e nos moldes para a inserção dos dados no sistema.
7. Toda despesa de logística da equipe será feita pela empresa C&C Patrimonial.

Para isso, o serviço a ser executado custará o valor de **RS 11.500,00** (Onze mil e quinhentos Reais).

Esta proposta terá validade de 40 dias, após a data de sua emissão.

Palmas -TO, de 31 de outubro de 2023.



C & C ADMINISTRAÇÃO, CONSULTORIA E PATRIMÔNIO S/S LTDA



CC PATRIMONIAL
Administração, Consultoria e Patrimônio

Inventário Patrimonial colaborativo

CNPJ: 21.924.333/0001-87

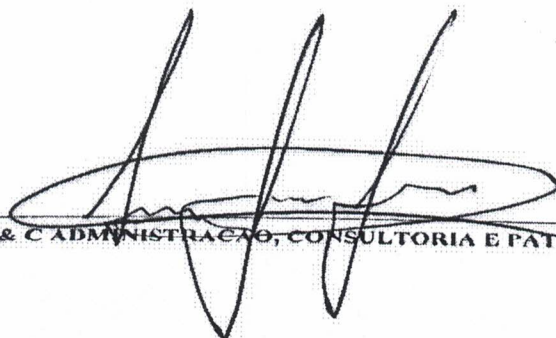
Para: Câmara Municipal de Caseara-TO.
A/C: Presidente

1. Manutenção e controle do Programa de Controle Patrimonial. E emitir relatórios de Bens Patrimoniais.
2. Colocar as plaquetas em todos os bens permanentes da Câmara Municipal de Caseara-TO.
3. Realizar o Cadastramento de todos os Bens Patrimoniais no do patrimônio que constará a descrição completa dos bens.
4. Gerar o Termo de Responsabilidade dos bens por setores.
5. Realizar treinamento com servidores da Câmara Municipal de Caseara-TO, sobre a operacionalização do sistema de patrimônio instalado e sobre as normas e diretrizes patrimoniais.
6. Fazer o relatório fotográfico incluindo planilhas adaptadas e nos moldes para a inserção dos dados no sistema.
7. Toda despesa de logística da equipe será feita pela empresa C&C Patrimonial.

Para isso, o serviço a ser executado custará o valor de **RS 11.500,00** (Onze mil e quinhentos Reais).

Esta proposta terá validade de 40 dias, após a data de sua emissão.

Palmas -TO, de 31 de outubro de 2023.



C & C ADMINISTRAÇÃO, CONSULTORIA E PATRIMÔNIO S/S LTDA



PROPOSTA DE PREÇO

O ICAP – INSTITUTO DE CAPACITAÇÃO ASSESSORIA E PESQUISA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 08.573.459/0001-96, com sede na Quadra 309 Sul, Av Lo 05, lote 14 sala 03, em Palmas – TO, oferece a Câmara Municipal de Caseara-TO o preço para a realização dos seguintes serviços:

- Controle e manutenção do Controle Patrimonial.
- Colocar a plaqueta nos Bens Permanentes da Câmara Municipal de Caseara sendo que mesma terá que ser em local visível e apropriado
- Fazer levantamento Patrimonial por setores internos e em todos os Gabinetes se houver.
- Cadastrar os Bens Patrimoniais no sistema de Controle Patrimonial.
- Realizar instrução de como realizar o uso correto de Controle Patrimonial para servidor responsável pelo patrimônio da Câmara de Caseara -TO.
- Relatório físico com relatório fotográfico e preenchido em planilhas adaptadas aos sistemas de contabilidade.
- Toda logística de traslado até a execução do serviço será feito pela ICAP.

O serviço a ser Realizado terá o valor de **R\$ 16.800,00** (Dezesseis mil e Oitocentos Reais).

A referida proposta tem uma validade de 30 dias.

Palmas - TO, 30 de outubro de 2023.

O ICAP – INSTITUTO DE CAPACITAÇÃO ASSESSORIA E PESQUISA LTDA

ICAP-INSTITUTO DE CAPACITAÇÃO
ASSESSORIA E PESQUISA LTDA
E CNPJ Nº 08.573.459/0001-96



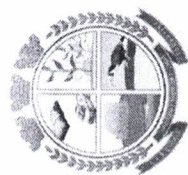
ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CASEARA
CNPJ: 74.062.332/0001-37

COLETA DE PREÇOS DE PESQUISA DE MERCADO

Caseara – TO, 01 de Novembro de 2023.

ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	ESTIMADO			MEDIA	MENOR VALOR
				INSTITUTO FENIX CONSULTORIA	C C PATRIMONIAL ADMINISTRAÇÃO,CONSULTORIA E PATRIMÔNIO	ICAP INST. DE CAPACITAÇÃO ASS. E PESQUISA LTDA		
01	SERVIÇOS	0	A Contratação de empresa especializada em controle e manutenção patrimonial para atender as demandas da Câmara de vereadores de Caseara-TO.	R\$ 9.990,00	R\$ 11.500,00	R\$ 16.800,00	R\$ 12.763,33	R\$ 9.990,00
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO MAPA DE APURAÇÃO:				O PRESENTE MAPA DE APURAÇÃO ESTÁ DE ACORDO COM O SOLICITADO:			VALOR TOTAL:	R\$ 9.990,00

E-mail: contato@cmcaseara.to.gov.br
Rua Paraíso, s/nº, Setor Bela Vista – Fone/Fax: (63)3379-1133
CEP: 77.680-000 - Caseara - TO.



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CASEARA
CNPJ: 74.062.332/0001-37

<p>José Divino Mesquita Macedo Secretário Geral Assinatura/carimbo</p>	<p>Cleber Pinto Cavalcante Pres. Da Câmara Municipal de Caseara-TO</p>
--	--

E-mail: contato@cmcaseara.to.gov.br
Rua Paraíso, s/nº, Setor Bela Vista – Fone/Fax: (63)3379-1133
CEP: 77.680-000 - Caseara - TO.



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CASEARA
CNPJ: 74.062.332/0001-37

DECLARAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Declaro para os devidos fins que os recursos orçamentários, que contemplará o processo administrativo nº 011/2023, Os recursos financeiros necessários a este instrumento contratual serão oriundos de Recursos Ordinários diretamente, transferidos, da Câmara Municipal de Caseara, que estará amparada por esta declaração orçamentária e respectivos empenhos, quanto ao exercício de 2023.

Categoria de programação orçamentária:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA DA DESPESA	FICHA
01.01.01.031.0001.2.001	3.3.90.39	1500

Caseara – TO, 06 de Novembro de 2023.

CLEBER PINTO CAVALCANTE
Pres. da Câmara Municipal de Caseara- TO

E-mail: contato@cmcaseara.to.gov.br

Rua Araguaia, s/nº - Centro - Fone/Fax: (63)3379-1133 - CEP: 77.680-000 - Caseara - TO .



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CASEARA
CNPJ: 74.062.332/0001-37

PROCESSO: 011/2023

INTERESSADO: INSTITUTO FÊNIX CONSULTORIA- FENIX Pessoa Jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 08.936.378/0001-03, estabelecido a quadra 106 Norte alameda 04 lote 11 em Palmas- TO.

Para efeito de ratificação a cargo da autoridade superior, formaliza-se o procedimento da dispensa de licitação, com fundamento no inciso II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93.

A presente contratação de empresa especializada em controle e manutenção patrimonial para atender as demandas da Câmara Municipal de Caseara-TO, é necessária e oportuna visto a necessidade de que o setor público deve propiciar, a manutenção e modernização no processo de trabalho, deve buscar pela melhoria da transparência pública, a interação entre o cidadão e o legislativo e, ainda a preservação do cumprimento do Regimento Interno pela casa legislativa. Neste sentido torna-se indispensável a contratação de uma empresa especializada nesse serviço, para que haja melhoria do desempenho da gestão na Câmara Municipal. Este serviço pode propiciar mais qualidade no desenvolvimento das ações legislativas e serviços prestados por esta casa de leis.

Será pago o valor de R\$ 9.990,00 (nove mil, novecentos e noventa reais) avista em favor de **INSTITUTO FENIX CONSULTORIA- FENIX**, justificando que:

I – Os preços estão de acordo com o praticado no mercado;

Caseara – TO, 06 de Novembro de 2023.


CLEBER PINTO CAVALCANTE

Pres. da Câmara Municipal de Caseara-TO

E-mail: contato@cmcaseara.to.gov.br

Rua Paraíso, s/nº, Setor Bela Vista – Fone/Fax: (63)3379-1133
CEP: 77.680-000 - Caseara - TO .



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CASEARA
CNPJ: 74.062.332/0001-37

PROCESSO Nº: 011/2023

ASSUNTO: O presente processo administrativo tem por objeto a contratação de empresa especializada em controle e manutenção patrimonial para atender as demandas da Câmara Municipal de Caseara -TO.

DESPACHO

Encaminhem-se os presentes autos ao Departamento Jurídico, para Parecer Preliminar do Processo Administrativo nº 011/2023, referente ao controle e manutenção patrimonial para atender as demandas da Câmara Municipal de Caseara –TO, quanto aos dos autos processuais, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos.

Caseara – TO, 07 de Novembro de 2023.

Assinatura manuscrita em azul de Cleber Pinto Cavalcante.

CLEBER PINTO CAVALCANTE
Pres. da Câmara Municipal de Caseara- TO



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CASEARA

ASSUNTO: PARECER JURÍDICO.
INTERESSADO: Câmara de Vereadores de Caseara - TO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 011/2023.
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2023.

OBJETO: Constitui o objeto de contratação de empresa especializada em controle e manutenção patrimonial.

Trata-se de análise de processo administrativo nº. 011/2023 na modalidade de dispensa de licitação, com especificações descritas no Termo de Referência, encaminhado pelo departamento competente a esta assessoria jurídica, conforme dispõe o parágrafo único do Art. 38, da Lei nº. 8.666/93, para análise jurídica, referente à possibilidade de Constitui o objeto de contratação de empresa especializada em controle e manutenção patrimonial. No processo administrativo constam:

- Requerimento do órgão solicitante;
- Justificativa;
- Termo de referência específico, detalhando os serviços que serão contratados;
- Cotações de preços;
- Despachos financeiros e contábeis;
- E solicitação de Parecer jurídico.

O presente parecer se dá sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na análise da conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito da Câmara Municipal de Caseara - TO.,

Esta assessoria jurídico irá analisar somente aspectos de natureza eminentemente técnica, respeitando o Poder Discricionário do órgão competente, vez que a função consultiva desempenhada por esta



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CASEARA

consultoria não é vinculante, motivo pelo qual é possível, se for o caso, que os agentes políticos formem suas próprias convicções em discordância com as opiniões manifestadas por meio deste parecer jurídico.

O processo administrativo trata-se de um processo de prestação de serviços, e por ser um processo de contratação de empresa especializada em controle e manutenção patrimonial, esta assessoria ressalta que na lei 8.666/93 em seu artigo 62 § 4º faculta a substituição do instrumento de contrato, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras. Portanto o contrato é um instrumento obrigatório nos processos de dispensa, contudo há esta exceção. Vejamos:

Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

§ 1º A minuta do futuro contrato integrará sempre o edital ou ato convocatório da licitação.

§ 2º Em "carta contrato", "nota de empenho de despesa", "autorização de compra", "ordem de execução de serviço" ou outros instrumentos hábeis aplica-se, no que couber, o disposto no art. 55 desta Lei. _____ (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º Aplica-se o disposto nos arts. 55 e 58 a 61 desta Lei e demais normas gerais, no que couber:

I - aos contratos de seguro, de financiamento, de locação em que o Poder Público seja locatário, e aos demais cujo conteúdo seja regido, predominantemente, por norma de direito privado;

II - aos contratos em que a Administração for parte como usuária de serviço público.

§ 4º É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CASEARA

entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

Conclusão.

Pelo exposto, esta Assessoria Jurídica opina pelo prosseguimento do presente procedimento administrativo nº 011/2023 de Dispensa de Licitação do órgão Câmara Municipal da cidade de Caseara – TO.

Caseara – TO, 08 de Novembro de 2023.



Documento assinado digitalmente

PATRICIA GUEDES FERNANDES

Data: 08/11/2023 11:36:30-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Patrícia Guedes Fernandes/OAB-TO7903
Assessoria Jurídica da Câmara do Município de Caseara – TO.



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CASEARA
CNPJ: 74.062.332/0001-37

MANIFESTAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

Nº Processo: 011/2023
Modalidade: Dispensa de Licitação
Demandante: Câmara Municipal de Caseara - TO

Objeto da Solicitação: Constitui o objeto de contratação de empresa especializada em controle e manutenção patrimonial para atender as demandas da Câmara Municipal de Caseara-TO.

Considerando que a solicitação para realização deste procedimento tem fundamentação legal nas Leis: 8.666/93 e demais leis pertinentes, e que, foram comprovados nos autos o cumprimento do estabelecido por estas e acatados os demais atos, do Financeiro da comprovação de Dotação Orçamentária e da viabilidade financeira para a contratação, bem como, **Parecer Jurídico favorável**, juntamente com todas as certidões negativas e trabalhistas que comprovem a regularidade fiscal da proponente.

Portanto, concluímos tecnicamente que, cumpriu-se a legislação vigente e aplicável neste caso até o presente ato.

Posto isso, esta Controladoria **manifesta-se favorável** pelo andamento do procedimento de dispensa de licitação.

Seguindo, remetem-se os autos ao Gabinete do Presidente da Câmara Municipal para que possam tomar as providências cabíveis para execução das medidas que julgar pertinentes.

LOCAL/DATA	Caseara – TO, 14 de Novembro de 2023.
CARIMBO/ASS.	_____



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CASEARA
CNPJ: 74.062.332/0001-37

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Declaro como dispensável a licitação do processo nº 011/2023 com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, e Parecer Jurídico Favorável, a favor da empresa **INSTITUTO FENIX CONSULTORIA-FENIX**, Instituto Fênix, CNPJ nº 08.936.378/0001-03, com sede na Quadra 106 Norte alameda 04 lote 11, em Palmas- TO.. no valor de R\$ 9.990,00 (Nove mil, novecentos e noventa reais), para o presente contrato que tem por objeto a contratação de empresa especializada em controle e manutenção patrimonial para atender as demandas da Câmara Municipal de Caseara -TO.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Caseara – TO, 17 de Novembro de 2023.

Cleber Pinto Cavalcante

Pres. da Câmara Municipal de Caseara- TO

CERTIFICO que publiquei nesta, no Mural da Câmara Mun. de Caseara-TO, o inteiro teor do referido documento.

CASEARA-TO, 17 / 11 / 2023



ESTADO DO TOCANTINS
CAMARA MUNICIPAL DE CASEARA

- EMPENHO -

Fls. nº 29 PÁG: 0001

Exercício: 2023 Processo: 00126/2023 Ordem de Compra: Ficha: 00011 Número Empenho: 00046/2023

Unidade Orçamentária: CAMARA MUNICIPAL Código: 01.01
Intitulação da Despesa: MANUT. DA CAMARA MUNICIPAL Código: 2.001

Classificação da Despesa Saldo Anterior Importância Saldo Atual
01.031.0001.2.001.3.3.90.39.79 R\$0,00 R\$9.990,00 R\$(9.990,00-)

SERVICO DE APOIO ADM.TECNICO E OPERACIO
Processo Licitatório: 112023 Modalidade: 10 - DISPENSA DE LICITAÇÃO

Credor: INSTITUTO FENIX CONSULTORIA - FENIX	GLOBAL
CNPJ/CPF: 08.936.378/0001-03	RG - 3400
Cidade: PALMAS - TO	

Valor: NOVE MIL E NOVECIENTOS E NOVENTA REAIS XX
XX

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL
00001	EMPENHO EMITIDO PARA CUSTEAR DESPESAS COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONTROLE E MANUTENÇÃO PATRIMONIAL PARA ATENDER AS DEMANDAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASEARA	R\$9.990,00

Fonte de Recurso: 1.500.0000.000000 - Impostos não vinculados

DATA DA EMISSÃO: 17/11/2023

CLEBER PINTO CAVALCANTE
PRESIDENTE DA CAMARA
709.586.101-34

JOSÉ DIVINO MESQUITA MACEDO
SEC. RESPONS. PELO CONTROLE INTERNO
252.750.032-34

RAILSON MARTINS DA SILVA
TESOUREIRO
032.521.331-30

DECLARO QUE A DESPESA SATISFAZ AS EXIGÊNCIAS DOS ART.16 E 17 DA LC. 101/2000.



MUNICÍPIO DE PALMAS

Secretaria Municipal de Finanças

Diretoria de Fiscalização - 502 Sul, Paço Municipal, Prédio Buriti, CEP: 77.021-900 - Palmas/TO - Telefone: (63) 3212-7072 e 7073

Nota: 2023000

00000052

Código Verificação

NUTM-JWYN



NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Emissão (Horário de Brasília)

21/11/2023 14:31:38

Reg. Especial Tributação

Nenhum

Período de Competência

11/2023

Exigibilidade do ISS

Imunidade

Município de Prestação do Serviço

Caseara - TO

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social

INSTITUTO FENIX CONSULTORIA - FENIX

Nome Fantasia

INSTITUTO FENIX

CPF/CNPJ

08.936.378/0001-03

Inscrição Municipal

516722

Inscrição Estadual

Simples Nacional

Não

Email

thiagosimas28@hotmail.com

Incentivador Cultural

Não

Fone/Fax

(63) 9288-0798

Endereço

ACNO 1 Rua NO 1, 29, Plano Diretor Norte - CEP: 77001-016 - Palmas - To

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social

CAMARA MUNICIPAL DE CASEARA

CPF/CNPJ

74.062.332/0001-37

Inscrição Municipal

Inscrição Estadual

Fone/Fax

(63) 3379-1133

E-mail

contato@caseara.to.leg.br

Endereço

Avenida Trajano de Almeida, 01, centro, Setor Central - CEP: 77680-000 - Caseara - TO

SERVIÇO PRESTADO

0201 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza. CNAE: 6399200

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- Prestação de serviços em Assessoria em Gestão Pública com enfoque na Gestão de Patrimônio, com os seguintes serviços: Realização de Conferência de todos os Bens Patrimoniais da Câmara Municipal de Caseara-TO para a emissão de novos Termos de Responsabilidade; Cadastramento de todos os Bens Móveis Permanentes no Programa de Controle de Gestão Patrimonial, bem como emitir a TR - Termo de Responsabilidade, para cada Responsável por unidade administrativa e gabinetes da Câmara Municipal de Caseara-TO; Atualização do Banco de Dados do Programa de Controle Patrimonial utilizado pela Câmara em computadores do setor de Patrimônio; Revisão de todos os procedimentos realizados pelos servidores responsáveis pelo Controle de Gestão Patrimonial da Câmara, verificando se estão de acordo com as Normativas de Controle Patrimonial e providenciar os ajustes necessários; Orientação aos servidores da Câmara sob as Normativas de Controle de Gestão Patrimonial, abordando assuntos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional; Realização de Avaliação dos bens com base no estado de conservação e o valor econômico atual de mercado; Realização do levantamento dos Bens Inservíveis, em Desuso e Obsoletos nas dependências da Câmara Municipal para posterior doação à entidade Filantrópica e contribuir na montagem do processo de doação; Orientação na elaboração de normas próprias que regulem a gestão patrimonial e definam competências e responsabilidades de todos os agentes públicos envolvidos na atividade.

Dados Bancários

Banco do Brasil

Agência 2781-2

Conta 57.017-6

Instituto Fênix

RETENÇÕES FEDERAIS

PIS (R\$)

0,00

COFINS (R\$)

0,00

INSS (R\$)

0,00

IR (R\$)

0,00

CSLL (R\$)

0,00

Outras Retenções (R\$)

0,00

VALORES

Valor dos Serviços (R\$)

9.990,00

Deduções (R\$)

0,00

Desconto Incondicionado (R\$)

0,00

Base de Cálculo (R\$)

9.990,00

Alíquota (%)

5,00

ISS (R\$)

0,00

ISS Retido (R\$)

Desconto Condicionado (R\$)

0,00

Valor Líquido (R\$)

9.990,00

Valor Total da Nota (R\$)

9.990,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta NFS-e é autodeclaratória.

Benefício fiscal: Imunidade Tributária de 100,00 %

Trib. aprox. R\$ 1.343,66 Federal e R\$ 499,50 Municipal. Fonte: IBPT [D84119]

Visualizado em: 21/11/2023 14:31:40

Para validação desta NFS-e acesse: <http://palmasto.webiss.com.br/externo/nfse/validar>

Esta NFS-e foi emitida com respaldo no Decreto nº 1667 de 6 de dezembro de 2018.

21/11/2023 - BANCO DO BRASIL - 08:45:55
080400804 SEGUNDA VIA 0001

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: CAMARA MUNICIPAL CASEARA
AGENCIA: 0804-4 CONTA: 3.552-1

=====

DATA DA TRANSFERENCIA	21/11/2023
NR. DOCUMENTO	552.781.000.057.017
VALOR TOTAL	9.990,00

***** TRANSFERIDO PARA:

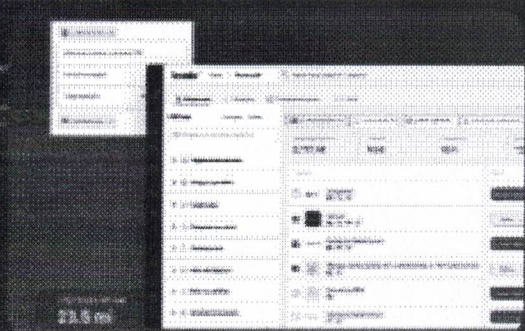
CLIENTE: INSTITUTO FENIX CONSULTOR
AGENCIA: 2781-2 CONTA: 57.017-6
NR. DOCUMENTO 550.804.000.003.552

=====

NR. AUTENTICACAO	1.1B4.362.DC7.D3E.F0C
------------------	-----------------------

leads^{2b}

Gere Leads, Dispare e-mails,
Crie landing pages e faça
sua Gestão Comercial em
um só lugar.

**leads**^{2b}

consultacnpj.com

Última atualização:

11 de Novembro de 2023 às 20:59:59

Número da inscrição:

08.936.378/0001-03 - MATRIZ

Data da abertura:

11/06/2007

Nome empresarial:

INSTITUTO FENIX CONSULTORIA - FENIX

Título do estabelecimento (nome fantasia):

Fenix

Porte:

Demais

Código e descrição da atividade econômica principal:

94.99-5-00 - Atividades Associativas Não Especificadas Anteriormente

Código e descrição das atividades econômicas secundárias:

00.00-0-00 - Não Informada

Código e descrição da natureza jurídica:

399-9 - Associação Privada

Logradouro:

Avenida Lo-02 Acno I Conjunto 04 Lote 29 Sala 05

Número:

000

Complemento:

CEP:

77.001-022

Bairro:

Plano Diretor Norte

Município:

Palmas

UF:

TO

Telefone:

(63) 8467-0111 / (63) 3215-3154

Endereço Eletrônico:

thiagosimas28@hotmail.com

Capital Social:

R\$ 0,00 (zero real)

Quadro de sócios administradores:

Nome:

Thiago Simas Moura

Qualificação:

16-Presidente

Oii! Você tem interesse em **vender um produto ou serviço** para as empresas que encontra aqui?

Situação cadastral:

Ativa

Data da situação cadastral:

11/06/2007



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: INSTITUTO FENIX CONSULTORIA - FENIX
CNPJ: 08.936.378/0001-03

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:40:41 do dia 03/11/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 01/05/2024.

Código de controle da certidão: **6C8D.5DCD.9603.DB93**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

Número da Certidão:

5140880

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA JURÍDICA**IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:****RAZÃO SOCIAL** INSTITUTO FENIX CONSULTORIA - FENIX**CNPJ** 08.936.378/0001-03**INSCRIÇÃO ESTADUAL:****ATIVIDADE ECONÔMICA:****ENDEREÇO:** QD 106 NORTE AL 13 LT 18, 18, PLANO DIRETOR NORTE - ZONA**MUNICÍPIO** PALMAS - TO**FINALIDADE:**

LICITAÇÃO

HISTÓRICO:

NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

Fundamentação Legal - Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

Validade - O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço <http://www.to.gov.br/sefaz>

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente, o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

Data Emissão: Sexta-feira, 3 de Novembro de 2023 - 14h 45m 54s

Emitida Via INTERNET**Atenção:**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Esta certidão esta vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.



**PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE FINANÇAS
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS
CONTRIBUINTE**

CPF/CNPJ: **08.936.378/0001-03**

Contribuinte: **INSTITUTO FENIX CONSULTORIA - FENIX** Inscrição: **516722**

Endereço oficial: **Q ACNO I, AV. LO 02, CJ. 04, LOTE 29, SALA 05, PALMAS-TO**

Endereço de correspondência: **103 N - I, AV. LO 02, Nº 56, SALA 05, PALMAS-TO**

Finalidade: **Licitação**

É certificado que, nesta data, não constam débitos pendentes em nome da pessoa jurídica acima identificada, relativos a tributos municipais, inclusive em Dívida Ativa, ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas que vierem a ser apuradas.

Esta Certidão refere-se exclusivamente à situação da pessoa **jurídica** no âmbito da Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Palmas.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Base legal: art. 138 da Lei Complementar nº 285, de 31 de outubro de 2013, c/c art. 205 do Código Tributário Nacional.

A aceitação da presente Certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet, no endereço <http://cnd.palmas.to.gov.br/validar-documento/>, ou em qualquer Agência de Rendas da Secretaria de Finanças, através do número identificador e do código de validação logo abaixo:

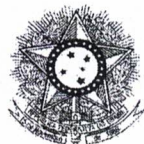
Numero identificador: **08.936.378/0001-03**

Código de validação: **84088.3799a.e4823-965070**

Palmas, 3 de Novembro de 2023 às 14:47.

Certidão válida até 2 de Janeiro de 2024

Prefeitura Municipal de Palmas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO FENIX CONSULTORIA - FENIX (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 08.936.378/0001-03

Certidão nº: 61325318/2023

Expedição: 03/11/2023, às 14:46:52

Validade: 01/05/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INSTITUTO FENIX CONSULTORIA - FENIX (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **08.936.378/0001-03**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 08.936.378/0001-03
Razão Social: INSTITUTO FENIX CONSULTORIA FENIX
Endereço: QD 106 NORTE ALAMEDA 13 18 CASA DO PRESIDENTE / PLANO DIRETOR
NORTE / PALMAS / TO / 77006-066

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 31/10/2023 a 29/11/2023

Certificação Número: 2023103106095075911003

Informação obtida em 03/11/2023 14:43:20

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Fls. nº 33

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 03/11/2023, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

INSTITUTO FENIX CONSULTORIA - FENIX

08.936.378/0001-03

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 03/11/2023

Selo digital de segurança: **2023.CTD.H9TN.EHXL.F632.87PZ.A25X**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***



Estado do Tocantins
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CASEARA
CNPJ: 74.062.332/0001-37

Portaria nº 0--/2023

"Institui Comissão Provisória a fim de realizar levantamento patrimonial dos bens móveis da Câmara Municipal de Caseara-TO, bem como proceder a depreciação dos bens móveis"

O Vereador Presidente da Câmara Municipal de Caseara-TO, Estado do Tocantins, o Senhor **CLEBER PINTO PINTO CAVALCANTE**, no uso de suas atribuições legais, conferidas no Regimento Interno e na Lei Orgânica Municipal, considerando a necessidade de atendimento as normas de contabilidade aplicadas ao setor público:

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Comissão Provisória a fim de realizar e acompanhar o levantamento patrimonial dos bens móveis, bem como proceder á reavaliação dos bens móveis da Câmara Municipal de Caseara - TO, composta pelos seguintes membros:

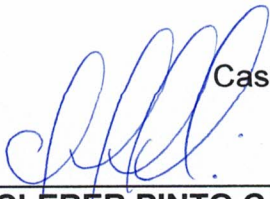
JOSE DIVINO MESQUITA MACEDO , brasileiro, Casado, CPF sob o nº 252.750.032-34, e RG: 1558782 SSP-TO, servidor público, residente e domiciliada na av tocantins, S/N, setor Belenzinho – Caseara-TO, Estado do Tocantins;

JOSÉ CARLOS SANTOS SOUSA, brasileiro, Casado, CPF sob o nº 777.908.122-20 e RG: 4744389 PC- PA, servidor público, residente e domiciliado na Rua Barão rio branco, S/N, Belenzinho - Caseara, Estado do Tocantins.

Art. 2º Fica os membros descritos no artigo anterior, responsáveis pelo acompanhamento patrimonial dos bens móveis da Câmara Municipal de Caseara-TO, bem como pela depreciação desses bens observando o valor de cada item em relação ao valor comercial atual de mercado.

Essa portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Caseara - TO, 24 de Novembro de 2023.



CLEBER PINTO CAVALCANTE
Vereador Presidente